

# Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

**Demonstrações financeiras  
intermediárias condensadas em  
30 de junho de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do valor adicionado</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas

**Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Gas Brasileiro Distribuidora S.A.**

Araraquara - SP

## Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas, com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, em 30 de junho de 2020, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

## Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas números 14 e 18. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para sociedades anônimas de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Rafael Henrique Klug  
Contador CRC 1SP246035/O-7

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.915	2.583	Fornecedores	14	51.476	35.256
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	194.763	152.798	Impostos e contribuições a recolher	15	12.630	8.327
Estoques		2.137	2.313	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar		5.037	4.487
Tributos a recuperar	6	3.255	2.393	Arrendamento a pagar	12	1.660	1.902
Ativo fiscal	7	8.570	8.423	Outras contas a pagar		465	831
Despesas antecipadas		976	662	Dividendos a pagar		24.154	-
Ativo Regulatório	8	35.813	-				
		<u>248.429</u>	<u>169.172</u>	<b>Não circulante</b>		<u>95.422</u>	<u>50.803</u>
<b>Não circulante</b>				Exigível a longo prazo			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	16	16.306	16.335
Tributos a recuperar	6	10.529	10.590	Arrendamento a pagar	12	676	1.109
Bens a serem indenizáveis	10	64.977	52.063	Outras contas a pagar		-	129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	42.558	56.118			<u>16.982</u>	<u>17.573</u>
Depósitos judiciais	16	2.354	2.112				
Despesas antecipadas		140	38	Total do passivo		<u>112.404</u>	<u>68.376</u>
Imobilizado	11	1.279	1.577	<b>Patrimônio líquido</b>	17		
Direito de uso	12	1.875	2.688	Capital social		462.481	462.481
Intangível	13	259.315	274.616	Reservas de lucros		56.571	38.117
		<u>383.027</u>	<u>399.802</u>	Total do patrimônio líquido		<u>519.052</u>	<u>500.598</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>631.456</b></u>	<u><b>568.974</b></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>631.456</b></u>	<u><b>568.974</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Nota	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
<b>Receita líquida</b>					
Receita pela venda de gás	19	90.063	204.263	128.095	247.978
Receita de construção de infraestrutura	19	3.311	6.896	4.021	11.977
		<u>93.374</u>	<u>211.159</u>	<u>132.116</u>	<u>259.955</u>
<b>Custo das vendas de gás</b>					
Custo das vendas de gás	20a.	(73.831)	(165.021)	(105.089)	(204.592)
Custo de construção de infraestrutura		<u>(3.311)</u>	<u>(6.896)</u>	<u>(4.021)</u>	<u>(11.977)</u>
		<u>(77.142)</u>	<u>(171.917)</u>	<u>(109.110)</u>	<u>(216.569)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>16.232</b>	<b>39.242</b>	<b>23.006</b>	<b>43.386</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas comerciais	20a.	(2.244)	(5.259)	(2.651)	(5.168)
Despesas administrativas	20a.	(6.446)	(12.656)	(6.106)	(11.500)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20b.	32.587	32.707	91	182
		<u>23.897</u>	<u>14.792</u>	<u>(8.666)</u>	<u>(16.486)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>40.129</b>	<b>54.034</b>	<b>14.340</b>	<b>26.900</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras	21	(321)	(501)	(227)	(448)
Receitas financeiras	21	6.906	10.273	2.996	5.772
Variações monetárias e cambiais, líquidas	21	(416)	(416)	(421)	(299)
		<u>6.169</u>	<u>9.356</u>	<u>2.348</u>	<u>5.025</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>46.298</b>	<b>63.390</b>	<b>16.686</b>	<b>31.925</b>
Imposto de renda e contribuição social	9	(15.535)	(21.199)	(5.350)	(10.597)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>30.763</b>	<b>42.191</b>	<b>11.336</b>	<b>21.328</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação - em reais</b>		<b>0,07</b>	<b>0,09</b>	<b>0,02</b>	<b>0,05</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

*Em milhares de Reais*

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
<b>Resultado do período</b>	<u>30.763</u>	<u>42.191</u>	<u>11.336</u>	<u>21.328</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>30.763</u></u>	<u><u>42.191</u></u>	<u><u>11.336</u></u>	<u><u>21.328</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

## Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

*Em milhares de Reais*

	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Total
	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	462.481	14.380	-	23.737	500.598
Distribuição de dividendos exercício anterior	-	-	-	(23.737)	(23.737)
Lucro líquido do período	-	-	42.191	-	42.191
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	<b>462.481</b>	<b>14.380</b>	<b>42.191</b>	<b>-</b>	<b>519.052</b>

  

	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Total
	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados		
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	462.481	11.710	-	14.973	489.164
Distribuição de dividendos exercício anterior	-	-	-	(14.973)	(14.973)
Lucro líquido do período	-	-	21.329	-	21.329
<b>Em 30 de junho de 2019</b>	<b>462.481</b>	<b>11.710</b>	<b>21.329</b>	<b>-</b>	<b>495.520</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.



# Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		42.190	21.328
<b>Ajustes para conciliar o resultado com recursos gerados nas atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização		13.260	11.958
Amortização do direito de uso	11	936	793
Remuneração sobre os bens da concessão indenizáveis	9	(3.715)	(2.743)
Constituição (reversão) da provisão para contingências	15	(29)	(37)
Reversão da provisão para perdas estimadas com créditos	5(d)	(114)	(296)
Perdas de créditos		106	26
Valor justo - gás pago e não retirado		-	40
Valor residual do ativo intangível baixado		36	49
Atualização de dividendos		416	-
Remensuração líquida do direito de uso	11	179	188
Realização do ajuste a valor presente dos arrendamentos a pagar	11	89	232
Resultado nos recebíveis de ativos financeiros	5 (b)	(2.104)	(2.764)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8 (f)	7.639	9.935
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 (f)	13.560	662
Ativo Regulatório		(31.838)	-
Atualização do Ativo Regulatório		(3.975)	-
		<b>36.636</b>	<b>39.371</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>			
Contas a receber		4.462	(9.147)
Estoques		177	(19)
Impostos a recuperar		(1.409)	(789)
Outros créditos		(416)	(307)
Créditos na aquisição do gás		-	6.378
Depósitos judiciais		(242)	776
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores		16.220	22
Salários e encargos sociais		550	(436)
Impostos e contribuições a recolher		3.650	1.601
Outras contas a pagar		(368)	(599)
		<b>59.260</b>	<b>36.851</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Juros pagos - Atualização de dividendos		-	(381)
Pagamento de contingência		(29)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.524)	(7.039)
		<b>52.707</b>	<b>29.431</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de bens do intangível	12	(6.896)	(11.977)
Aplicação em recebíveis de ativos financeiros	5	(196.665)	(179.040)
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	5	152.382	177.269
		<b>(51.179)</b>	<b>(13.748)</b>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	(14.678)
Pagamento de arrendamento	11	(1.067)	(919)
Pagamento de financiamentos (*)		(129)	(231)
		<b>(1.196)</b>	<b>(15.828)</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>			
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	2.583	1.529
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	2.915	1.384
		<b>332</b>	<b>(145)</b>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>332</b>	<b>(145)</b>

(\*) Refere-se a operações de leasing financeiro classificados no balanço patrimonial na rubrica de "Outras contas a pagar".

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

# Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

## Demonstração do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
<b>Receitas</b>		
Receita de venda de gás	268.846	328.329
Receita de construção	6.896	11.977
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	270
Outras receitas	32.733	314
	<u>308.483</u>	<u>340.890</u>
<b>Custos e despesas</b>		
Custo do gás	(181.637)	(233.527)
Custo de construção	(6.896)	(11.977)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(12.349)	(10.767)
	<u>(200.882)</u>	<u>(256.271)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>107.601</u>	<u>84.619</u>
Depreciação e amortização	(14.196)	(12.750)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>93.405</u>	<u>71.869</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	10.273	5.772
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>103.678</u>	<u>77.641</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos		
Salários e participações	8.627	8.426
Benefícios	1.147	1.120
FGTS	502	402
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	30.754	21.877
Estaduais	19.361	23.460
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Despesas financeiras	501	448
Aluguéis	596	580
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Lucros retidos	42.190	21.328
	<u>103.678</u>	<u>77.641</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias condensadas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a seguir designada como "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede social em Araraquara, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada, desde 29 de julho de 2011, pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, que detém 100% do seu capital social.

A Companhia tem por objetivo preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento aos segmentos industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termogeração e cogeração, compreendendo também a realização de negócios relacionados ao seu objeto social.

O Contrato de Concessão outorga e regula a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo e foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a Companhia. O prazo de vigência é de 30 anos, contados a partir da data de sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, a critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, uma única vez, por 20 anos, mediante requerimento da Companhia.

A ARSESP regula, controla e fiscaliza os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo.

O respectivo contrato de concessão também determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de dezembro, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extraordinariamente, a ARSESP permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela Companhia ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012). Ademais, quinquenalmente, através do processo de Revisão Tarifária, as margens tarifárias são realinhadas ao requerimento de ingressos, autorizados pelo Regulador, em função de projeções de custos e volumes para o quinquênio próximo.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que ao final do prazo da concessão, operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

## **1.1 Impactos da pandemia do COVID - 19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia. Dos atos publicados destacam-se o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública e o Decreto 10.282, publicado em 20 de março de 2020, que defini os serviços públicos e as atividades essenciais. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

### **a. Medidas adotadas pela Companhia**

Com a publicação dos decretos federais, estaduais e municipais, de isolamento social a Companhia procurou atender a todas as orientações adotadas para o seguimento, tanto as vindas do Ministério da Saúde (MS) com as do Ministério do Trabalho.

A Companhia adotou o teletrabalho para 100% da força de trabalho administrativa, medidas de distanciamento social e o uso de EPIs para os empregados que realizam atendimento e serviços técnicos, que estão trabalhando normalmente por ser atividade essencial a distribuição de gás natural canalizado.

### **b. Medidas governamentais**

Diante do cenário, medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelo Governo Federal, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia.

Entre as medidas de assistência governamental, a Companhia adotou a dilatação do prazo para pagamentos de tributos e contribuições federais.

### **c. Riscos de liquidez e de Mercado**

A atividade de distribuição de gás natural é uma atividade essencial, assim, a Companhia continua fornecendo aos seus usuários de forma ininterrupta o gás natural.

No 2º trimestre 2020, houve uma queda do volume de gás natural distribuído, em torno de 26% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A inadimplência apresentada no contas a receber de clientes está sendo monitorada e não apresenta variações relevantes quando comparada aos períodos anteriores, a Companhia também mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras e não prevê necessidade de recursos.

A Companhia entende que ainda não há motivos que possam impactar com a continuidade dos negócios durante o período de pandemia.

Para garantir a continuidade do abastecimento de gás canalizado, a Companhia, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP e o Governo do Estado de São Paulo pactuaram, através da Deliberação ARSESP nº 973 de 26 de março de 2020, a suspensão do corte dos serviços, até 31 de maio, por conta de inadimplência, para os seguintes usuários:

- (i) Hospitais, casas de saúde e demais usuários dedicados às atividades médico-hospitalares envolvidos no esforço de combate à pandemia da Covid-19;
- (ii) Segmento residencial; e
- (iii) Segmento comercial.
- (iv) Pactuaram também a suspensão, até 31 de maio de 2020, da cobrança de valores devidos pelos usuários do segmento industrial a título de volume mínimo contratado e não retirado (*take-or-pay*).

Posteriormente, a ARSESP, através da deliberação nº 1.001 de 29 de maio de 2020, prorrogou para 30 de junho de 2020, as datas de suspensão do corte dos serviços e suspensão da cobrança de valores.

A Companhia notificou e o supridor (Petrobras) reconheceu o evento de caso fortuito ou força maior sobre o contrato de suprimento de gás. Diante disto, o supridor suspendeu as penalidades relacionadas a programação e a remuneração mínima mensal, pelo prazo de vigência de caracterização de evento de caso fortuito ou força maior.

Também solicitou e obteve do supridor de gás, a dilação temporária dos prazos de pagamentos dos meses de abril, maio e junho do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural para atendimento ao mercado não-termoelétrico.

A Companhia não possui empréstimos relevantes.

***d. Acompanhamento das estimativas contábeis subsequentemente a data da emissão de desse relatório***

A Companhia considerou em suas revisões de estimativas potenciais aumentos de perdas com recebíveis e não identificou a necessidade de reforço de provisões além daquelas já reconhecidas em 30 de junho de 2020.

***e. Risco de perdas de redução ao valor recuperável de ativos***

A Companhia analisou no 1º semestre de 2020 se existia algum indicativo de desvalorização e concluiu que não existe a necessidade do teste de recuperabilidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis. Neste momento, esta avaliação tomou como base o contrato de concessão que garante ao final do período o reembolso dos ativos não amortizados no período contratual.

***f. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos***

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, a Companhia não espera nenhum impacto, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros e revisadas em decorrência da pandemia.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram utilizadas as mesmas políticas contábeis e base de preparação adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2019 não foram apresentadas integralmente nestas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas foi autorizada pelos diretores da Companhia em 29 de setembro de 2020.

### **2.2 Reconhecimento contábil das contas gráficas regulatórias**

As diferenças entre o custo real incorrido e o custo de gás incluído na tarifa são acumuladas nas contas gráficas regulatória e repassadas e/ou cobradas conforme determinação do Órgão regulador nos reajustes periódicos ou nas revisões tarifárias. Esse saldo é corrigido mensalmente pela taxa Selic. Ao final do 2º trimestre/2020 o saldo total somando das contas gráficas regulatórias era de R\$ 35,8 milhões a recuperar para Companhia.

Conforme disposto na Deliberação ARSESP nº 1.010 de 10 de junho de 2020, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados à Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão.

Com a publicação da deliberação ARSESP nº 1.010, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros regulatórios em suas demonstrações financeiras intermediárias.

No entanto este evento alocou todo o saldo das contas gráficas regulatórias no mês de junho de 2020, fazendo com que o 2º trimestre fosse impactado por este reconhecimento. O registro contábil foi realizado da seguinte forma, o montante das contas gráficas referentes aos exercícios anteriores foi classificado em Outras Receitas e o montante referente ao exercício corrente classificado como Custo das Vendas de Gás.

Quando analisado o acumulado do 1º semestre o efeito é imaterial uma vez que o movimento das contas gráficas regulatórias foi praticamente nulo. Sendo assim, para melhor entendimento dos resultados, demonstramos abaixo a reconciliação considerando estes efeitos:

	<b>Impactos das Contas Gráficas</b>			<b>1º Semestre 2020 Ajustado</b>
	<b>1º Semestre 2020</b>	<b>Saldo exercícios anteriores</b>	<b>Movimentação exercício corrente</b>	
Receita líquida	211.159	-	-	211.159
Custo	<u>(171.181)</u>	-	<u>(736)</u>	<u>(171.917)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<b>39.978</b>	-	<b>(736)</b>	<b>39.242</b>
Despesas operacionais (outras receitas)	<u>(17.782)</u>	<u>32.574</u>	-	<u>14.792</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>22.196</b>	<b>32.574</b>	<b>(736)</b>	<b>54.034</b>
Resultado financeiro	<u>5.381</u>	<u>3.349</u>	<u>626</u>	<u>9.356</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>27.577</b>	<b>35.923</b>	<b>(110)</b>	<b>63.390</b>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(9.023)</u>	<u>(12.140)</u>	<u>(36)</u>	<u>(21.199)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b><u>18.554</u></b>	<b><u>23.783</u></b>	<b><u>(146)</u></b>	<b><u>42.191</u></b>

### **3 Gestão de risco financeiro**

#### **3.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco da taxa de juros
- Risco de mercado

##### **a. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

A Companhia estabelece uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas a serem incorridas com relação às contas a receber de clientes. A Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

**Risco de liquidez**

	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
<b>30/06/2020</b>				
Fornecedores	51.476	51.476	-	-
Outras contas a pagar	465	465	-	-
	<u>51.941</u>	<u>51.941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>31/12/2019</b>				
Fornecedores	35.256	35.256	-	-
Outras contas a pagar	960	831	129	-
	<u>36.216</u>	<u>36.087</u>	<u>129</u>	<u>-</u>

**c. Risco da taxa de juros**

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

				Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
Instrumentos	30/06/2020	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	139.601	CDI	4,62	5,78	1.396	6,93	2.792
				-	1.396	-	2.792
				Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	30/06/2020	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	139.601	CDI	4,62	3,47	(1.396)	2,31	(2.792)
				-	(1.396)	-	(2.792)



**d. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros possam vir a impactar nos negócios da Companhia. A Companhia tem atuação em 100% no mercado nacional, no entanto, as compras de gás natural sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar, essa variação da moeda estrangeira é absorvida pelo custo do gás a recuperar (ativo/passivo regulatório), os quais são repassados aos clientes periodicamente nas revisões tarifárias.

**3.2 Gestão do capital**

A política da Companhia privilegia uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e do mercado, acumulando caixa e equivalentes de caixa suficientes para a liquidação de suas obrigações de curto prazo. A eventual tomada de recursos de terceiros é considerada em cenários que esta seja a melhor opção para garantir o desenvolvimento futuro do negócio, conforme apresentado abaixo:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.915)	(2.583)
(-) Recebíveis de ativos financeiros - Nota 5	(139.601)	(93.202)
Outras contas a pagar ( <i>leasing</i> financeiro)	(11)	343
Outras contas a pagar (arrendamento mercantil)	2.336	3.011
(=) Caixa e equivalentes de caixa líquidos da dívida	(140.191)	(92.430)
Total do patrimônio líquido	519.052	500.598
<i>Índice de alavancagem financeira</i>	-27%	-18%

**3.3 Instrumentos financeiros por categoria**

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros não derivativos da Companhia em 30 de junho de 2020, registrados nos ativos e passivos, classificados como custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros, respectivamente, estão apresentados no quadro a seguir:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativos</b>		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.915	2.583
Contas a receber de clientes	55.162	59.596
Bens a serem indenizáveis (Nota 10)	64.977	52.063
Depósitos judiciais	2.354	2.112
Valor justo por meio do resultado		
Recebíveis de ativos financeiros (Nota 5)	139.601	93.202
<b>Passivos</b>		
Custo amortizado		
Outras contas a pagar	465	960
Fornecedores	51.476	35.256

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e bancos	2.915	2.583
	2.915	2.583

Refere-se substancialmente a saldo de conta-corrente em instituições financeiras.

## 5 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

### a. Composição

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Contas a receber	63.669	68.217
Recebíveis de ativos financeiros (*)	139.601	93.202
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.507)	(8.621)
	194.763	152.798

### b. Movimentação dos recebíveis de ativos financeiros

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo líquido no início do período	93.202	75.071
Aplicações	196.665	498.926
Resgates	(151.925)	(485.282)
Rendimento sobre aplicação financeira	2.104	5.858
IRRF - Imposto sobre a renda retido na fonte	(462)	(1.347)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	17	(24)
	139.601	93.202

(\*) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio de resultado", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

### c. Aging-list

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
A vencer	53.465	57.517
Vencidos até 60 dias	534	1.305
Vencidos de 61 até 180 dias	395	133
Vencidos de 181 até 360 dias	80	36
Vencidos há mais de 360 dias	9.195	9.226
	63.669	68.217

**d. Movimentação das perdas esperadas com créditos**

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo no início do período	(8.621)	(9.229)
Adições	(60)	(98)
Baixas por recebimento de clientes	174	706
Saldo no final do período	(8.507)	(8.621)

**6 Tributos a recuperar**

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.693	980
Programa de Integração Social (PIS)	98	252
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	464	1.161
	3.255	2.393
<b>Não circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.117	1.381
Programa de Integração Social (PIS)	1.679	1.643
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7.733	7.566
	10.529	10.590
	13.783	12.983

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui valores de créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no montante de R\$ 3.810 (R\$ 2.361 em 31 de dezembro de 2019), gerados, principalmente, por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente. A Companhia estima que a parcela de créditos classificados no não circulante seja recuperada em até 48 meses, sem ocorrência de perdas.

A Companhia também possui em 30 de junho de 2020, valores de créditos do Programa de Integração Social (PIS) no montante de R\$ 1.777 (R\$ 1.895 em 31 de dezembro de 2019), bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) no montante de R\$ 8.197 (R\$ 8.727 em 31 de dezembro de 2019), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente.

**7 Ativo fiscal**

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - Antecipações	6.320	6.212
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Antecipações	2.250	2.211
	8.570	8.423

## 8 Ativo Regulatório

O ativo regulatório é composto pelas contas gráficas as quais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

A tarifa paga pelos usuários do serviço de gás canalizado é composta por: margem de distribuição, custo do gás e impostos.

As diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito e/ou obrigação à medida que o custo realizado for maior ou menor que o contemplado na tarifa. Estas diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Deliberação ARSESP nº 1010 de 10 de junho de 2020, definiu que eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão.

Com a publicação da deliberação nº 1010, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros regulatórios em suas demonstrações financeiras intermediárias. No período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia registrou o saldo de ativo regulatório de R\$ 35.813 em contrapartida ao resultado da seguinte forma, saldo remanescente de exercícios anteriores como “outras receitas” e movimentação do exercício corrente em “custo das vendas de gás”.

A movimentação do ativo regulatório para o período findo em 30 de junho de 2020 foi a seguinte:

<b>Ativo Regulatório</b>	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	35.923
Custo de gás	(736)
Atualização	626
Saldo em 30 de junho de 2020	<u><u>35.813</u></u>

## 9 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$ 160.982 (R\$ 165.051 em 31 de dezembro de 2019), entre o lucro contábil e o lucro tributável, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos diferidos em função da redução ao valor contábil dos direitos de concessão, segundo regras tributárias, serão compensados pelo prazo do contrato de concessão.

O efeito decorrente dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão detalhados a seguir:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Diferenças temporárias ativas líquidas:		
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	32.367	34.071
Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	13.165	12.797
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	2.892	2.931
Provisão para contingências	5.545	5.554
Contas gráficas (Regulatório)	(12.176)	-
Outros	765	765
	42.558	56.118
 Ativo fiscal diferido (reconhecido contabilmente)	 (42.558)	 (56.118)

**b. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções de lucros. Em 30 de junho de 2020, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

Ano de recuperação	
2020	3.407
2021	3.407
2022	3.407
2023	3.407
2024	3.407
Acima de 5 anos	25.523
	42.558

**c. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.390	31.925
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(21.552)	(10.855)
Outras diferenças	353	258
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício		
Corrente	(7.639)	(9.935)
Diferido	(13.560)	(662)
	(21.199)	(10.597)
Alíquota efetiva	33%	33%

## 10 Bens a serem indenizados

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Servidão de passagem	10.527	8.955
Terrenos	580	544
Redes	48.772	37.879
Edificações	1.574	1.479
Estações	1.231	1.153
Outros	2.293	2.053
	<u>64.977</u>	<u>52.063</u>

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. A Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto para os bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

A seguir apresentamos a movimentação dos bens da concessão indenizáveis:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo líquido no início do período	52.063	44.703
Adições - Transferência do ativo intangível (bifurcação) - Nota 13	9.200	1.847
Transferência para imobilizado		(26)
Baixas	(1)	(76)
Remuneração sobre os bens da concessão a serem indenizados (AVP) - Nota 21	3.715	5.615
Saldo líquido no final do período	<u>64.977</u>	<u>52.063</u>

## 11 Imobilizado

	Urbanização e benfeitorias	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 1º janeiro de 2019	1.643	590	2.233
(+) Transferências para o intangível	-	26	26
Depreciação	<u>(383)</u>	<u>(299)</u>	<u>(683)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>1.260</u></b>	<b><u>317</u></b>	<b><u>1.577</u></b>
Custo total	3.845	1.504	5.349
Depreciação acumulada	<u>(2.585)</u>	<u>(1.187)</u>	<u>(3.772)</u>
<b>Valor Residual</b>	<b><u>1.260</u></b>	<b><u>317</u></b>	<b><u>1.577</u></b>
Depreciação	<u>(192)</u>	<u>(106)</u>	<u>(298)</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b><u>1.068</u></b>	<b><u>211</u></b>	<b><u>1.279</u></b>
Custo total	3.845	1.504	5.349
Depreciação acumulada	<u>(2.777)</u>	<u>(1.293)</u>	<u>(4.070)</u>
<b>Valor Residual</b>	<b><u>1.068</u></b>	<b><u>211</u></b>	<b><u>1.279</u></b>
Taxa de depreciação	5%	20%	

## 12 Direito de uso e Arrendamento a pagar

	30/06/2020	31/12/2019	
<b>Passivo Arrendamento</b>			
Imóvel	1.833	2.050	
Veículos	<u>503</u>	<u>961</u>	
<b>Total</b>	<b><u>2.336</u></b>	<b><u>3.011</u></b>	
Passivo circulante	1.660	1.902	
Passivo não circulante	676	1.109	
<b>Passivo arrendamento</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.050	961	3.011
AVP	55	34	89
Pagamentos	(565)	(503)	(1.067)
Remensuração	<u>293</u>	<u>10</u>	<u>303</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<b><u>1.833</u></b>	<b><u>503</u></b>	<b><u>2.336</u></b>
<b>Ativo direito de uso</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.603	1.084	2.688
(-) Amortização	(465)	(471)	(936)
Remensuração	<u>256</u>	<u>(133)</u>	<u>123</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<b><u>1.394</u></b>	<b><u>480</u></b>	<b><u>1.875</u></b>

## 13 Intangível

	<b>Redes</b>	<b>Software</b>	<b>Fibra ótica</b>	<b>Conjunto de regulagem e medição</b>	<b>Estações</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Contrato de concessão</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	236.231	1.909	3.953	11.997	10.125	915	1.768	13.342	280.240
Aquisições	16.603	686	2	1.368	548	4	-	(145)	19.067
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(974)	-	(1)	(220)	(157)	(2)	-	(493)	(1.847)
(-) Baixas	(135)	-	(113)	(741)	(179)	-	-	(81)	(1.247)
(-) Estorno da Provisão para impairment do intangível	-	-	-	-	-	-	-	1.054	1.054
(-) Amortização	(12.057)	(782)	(355)	(917)	(518)	-	(161)	(497)	(15.287)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão indenizáveis	(7.413)	-	(30)	(159)	(412)	(83)	-	-	(8.099)
(-) Baixas da amortização	36	-	70	504	60	-	-	66	737
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>232.291</b>	<b>1.813</b>	<b>3.526</b>	<b>11.832</b>	<b>9.467</b>	<b>834</b>	<b>1.607</b>	<b>13.246</b>	<b>274.616</b>
Total do custo	355.874	13.195	7.631	19.142	15.131	917	8.345	22.866	443.101
Amortização acumulada	(123.583)	(11.382)	(4.105)	(7.310)	(5.664)	(83)	(6.738)	(9.620)	(168.485)
<b>Valor residual</b>	<b>232.291</b>	<b>1.813</b>	<b>3.526</b>	<b>11.832</b>	<b>9.467</b>	<b>834</b>	<b>1.607</b>	<b>13.246</b>	<b>274.616</b>
Aquisições	3.677	157	-	709	17	2	-	2.334	6.896
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(8.089)	-	-	(459)	(6)	(2)	-	(645)	(9.200)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão indenizáveis	(4.449)	-	(15)	(87)	(205)	(42)	-	-	(4.798)
(-) Baixas	(1)	-	-	-	-	-	-	(33)	(35)
(-) Amortização	(6.418)	(400)	(178)	(469)	(267)	-	(80)	(352)	(8.163)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>217.012</b>	<b>1.570</b>	<b>3.333</b>	<b>11.526</b>	<b>9.006</b>	<b>792</b>	<b>1.527</b>	<b>14.550</b>	<b>259.315</b>
Total do custo	344.048	13.351	7.601	19.233	14.730	834	8.345	24.521	432.663
Amortização acumulada	(127.036)	(11.781)	(4.268)	(7.707)	(5.724)	(42)	(6.818)	(9.971)	(173.348)
<b>Valor residual</b>	<b>217.012</b>	<b>1.570</b>	<b>3.333</b>	<b>11.526</b>	<b>9.006</b>	<b>792</b>	<b>1.527</b>	<b>14.550</b>	<b>259.315</b>



Durante o período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia não identificou indícios ou mudanças significativas nos cenários econômicos, operacionais ou tecnológicos que pudessem indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, os efeitos foram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras de acordo com o julgamento da administração. A rubrica “Outros” refere-se, substancialmente, a equipamentos para investimento na rede de distribuição.

## 14 Fornecedores

Refere-se basicamente ao contrato firmado pela aquisição de gás natural, empreiteiras e fornecedores de tubulações, destinados à construção de gasodutos e está composto como segue:

	30/06/2020	31/12/2019
Partes relacionadas		
PETROBRAS - Fornecimento de gás	48.556	30.218
Terceiros		
Materiais e serviços	2.458	4.572
Outros	<u>462</u>	<u>466</u>
	<u>51.476</u>	<u>35.256</u>

A Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras é a única fornecedora de gás natural da Companhia.

## 15 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2020	31/12/2019
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS)	7.177	7.258
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.618	653
Programa de Integração Social (PIS)	782	140
Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ	470	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	245	120
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	182	-
INSS retido na fonte a recolher	70	68
Imposto sobre serviços (ISS)	40	34
Retenções de PIS, COFINS e CSLL	35	42
Outros impostos e contribuições retidos a recolher	<u>11</u>	<u>12</u>
	<u>12.630</u>	<u>8.327</u>

## 16 Provisão para contingências

### a. Depósitos judiciais e provisões passivas

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisões para contingências</u>	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contingência ARSESP - 3º Aditivo	-	-	7.003	7.003
Contingência ARSESP - TRCF	1.520	1.520	1.117	1.117
Contingência ARSESP - COG	-	-	7.808	7.808
Processos trabalhistas	582	592	378	407
Outros	<u>252</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.354</u>	<u>2.112</u>	<u>16.306</u>	<u>16.335</u>

A movimentação da provisão em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é composta conforme segue:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo no início do período	16.335	11.647
Adições de novos processos	-	7.808
Pagamentos	(29)	(509)
Reversões	-	(2.654)
Atualizações	-	43
	16.306	16.335
Saldo no final do período	16.306	16.335

Adicionalmente, a Companhia esta se defendendo de ações de natureza administrativa, fiscal, cível e trabalhista, classificados pela administração como de riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão de perdas.

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Administrativos	-	2.196
Fiscal	252	1.612
Cível	491	1.428
Trabalhistas	621	355
	1.364	5.591
	1.364	5.591

**b. Contingências ativas**

**Recuperação de tributos - Exclusão de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS**

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em decisão publicada em outubro/2017, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS. Esta, decisão, a princípio, não é passível de ser alterada. No entanto, a União opôs embargos de declaração no mesmo mês, buscando, além da alteração do conteúdo decisório, modular os efeitos da decisão e definir qual o ICMS a ser retirado da base de cálculo do PIS e da COFINS - se o destacado na nota ou o a recolher, ainda pendente de julgamento.

A Companhia ingressou, em junho/2020, com ação declaratória que tramita perante a 1ª Vara Federal de Araraquara - SP, tendo requerido, a título de tutela de evidência (liminar) autorização para a imediata exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Face a decisão antecipatória favorável, obtida ainda em junho/2020, a Companhia está avaliando o ingresso com ação de repetição de indébito, abrangendo o período passado, adstrito ao prazo prescricional.

Considerando que os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, ou seja, já que a entrada de benefícios econômicos ainda é considerada apenas como provável, a Companhia está efetuando a necessária divulgação em notas explicativas - ainda pendem discussões judiciais acerca da metodologia de cálculo para apuração do crédito e a necessidade de trânsito em julgado sobre o valor do indébito. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado deixará de ser um ativo contingente e seu reconhecimento passará a ser adequado.

A Companhia está apurando os valores a serem recuperados, bem como os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras, e, oportunamente, após a maturação da discussão do valor executado, fará a sua divulgação.

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 30 de junho de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 462.481.205 ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 462.481, sendo 100% pertencentes à Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

### b. Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excede 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme estatuto social da Companhia é assegurado aos Acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, o qual considera juros sobre capital próprio em sua composição.

## 18 Partes relacionadas

### a. Transações entre partes relacionadas

A movimentação de transações com partes relacionadas nos períodos estão demonstradas a seguir:

	30/06/2020	30/06/2019
<b>Compra de gás</b>		
Petroleo Brasileiro S.A. (i)	188.027	228.613
<b>Reembolso de pessoal</b>		
Petroleo Brasileiro S.A. (ii)	458	310
Petrobras S.A. - Gaspetro (ii)	526	658
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (ii)	644	693

As transações são efetuadas com base em termos e condições comerciais normais ao mercado.

- (i) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 14, as compras referem-se ao gás natural adquirido integralmente da Petróleo Brasileiro S.A.
- (ii) Mensalmente a Companhia realiza o reembolso de pessoal por meio de nota de débito.

### b. Remuneração do pessoal-chave da administração e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração, Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Técnico-Comercial e Diretor de Assuntos Regulatórios. A remuneração para esses membros, somada à remuneração dos Conselheiros Fiscais, totalizou nos períodos R\$ 1.201 (R\$ 1.411 em 30 de junho de 2019).

## 19 Receita de vendas

	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
Receita pela venda de gás	119.268	268.827	169.097	328.321
Receita pela prestação de serviço	2	18	4	8
Receita de construção de infraestrutura	3.311	6.896	4.021	11.977
Deduções:				
ICMS	(17.890)	(40.323)	(25.364)	(49.981)
PIS	(2.019)	(4.327)	(2.790)	(5.417)
COFINS	(9.298)	(19.932)	(12.852)	(24.953)
	<u>93.374</u>	<u>211.159</u>	<u>132.116</u>	<u>259.955</u>

## 20 Despesas operacionais

### a. Por natureza

	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
Custo das vendas de gás				
Custo do gás	(62.771)	(143.236)	(95.366)	(185.473)
Custo de construção de infraestrutura	(3.311)	(6.896)	(4.021)	(11.977)
Depreciação e amortização	(6.580)	(12.961)	(5.786)	(11.525)
Pessoal	(1.968)	(3.899)	(1.830)	(3.551)
Serviços de terceiros	(1.809)	(3.630)	(1.550)	(2.869)
Despesas gerais	(370)	(786)	(303)	(668)
Provisão participação no resultado	(185)	(185)	(90)	(177)
Arrendamento e aluguéis	(91)	(194)	(96)	(194)
Utilidades e ocupação	(57)	(130)	(68)	(135)
	<u>(77.142)</u>	<u>(171.917)</u>	<u>(109.110)</u>	<u>(216.569)</u>
Despesas comerciais				
Serviços de terceiros	(991)	(2.834)	(1.515)	(2.934)
Pessoal	(949)	(1.892)	(959)	(1.926)
Utilidades e ocupação	(65)	(155)	(77)	(161)
Arrendamento e aluguéis	(67)	(147)	(74)	(137)
Despesas gerais	(44)	(120)	(54)	(113)
Provisão participação no resultado	(71)	(71)	(40)	(94)
Outras	(8)	(48)	(47)	(73)
Provisão (reversões) de créditos de liquidação duvidosa	(49)	8	115	270
	<u>(2.244)</u>	<u>(5.259)</u>	<u>(2.651)</u>	<u>(5.168)</u>

Despesas administrativas				
Pessoal	(2.852)	(5.568)	(2.556)	(4.980)
Constituição/reversão de provisões de contingências fiscal/trabalhista/administrativa	-	196	-	300
Administradores e Conselho Fiscal	(601)	(1.192)	(601)	(1.411)
Depreciação	(619)	(1.234)	(617)	(1.225)
Serviços de terceiros	(400)	(988)	(673)	(1.086)
Taxa de fiscalização	(575)	(1.149)	(491)	(983)
Utilidades e ocupação	(398)	(1.066)	(521)	(939)
Despesas gerais	(249)	(487)	(299)	(502)
Provisão participação no resultado	(204)	(204)	(132)	(251)
Arrendamento e aluguéis	(111)	(256)	(142)	(249)
Provisão contrato de suprimentos de gás (penalidade)	(324)	(533)	(61)	(152)
Outras	(113)	(175)	(13)	(22)
	<u>(6.446)</u>	<u>(12.656)</u>	<u>(6.106)</u>	<u>(11.500)</u>

**b. Outras despesas (receitas)**

	<b>01/04/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 a 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 a 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 a 30/06/2019</b>
Receitas - multas contratuais	13	133	91	231
Provisão baixa de ativos	-	-	-	(49)
Reconhecimento de saldo de conta gráfica – ativo regulatório – saldo de exercícios anteriores – nota explicativa 8	32.574	32.574	-	-
	<u>32.587</u>	<u>32.707</u>	<u>91</u>	<u>182</u>

**21 Resultado Financeiro**

	<b>01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>01/01/2019 à 30/06/2019</b>
Despesas financeiras				
Juros	(247)	(383)	(209)	(412)
Ajuste a valor presente arrendamento	(45)	(89)	-	-
Atualização monetária das contingências	(29)	(29)	(18)	(36)
	<u>(321)</u>	<u>(501)</u>	<u>(227)</u>	<u>(448)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	1.003	2.136	1.430	2.764

Remuneração sobre os bens da concessão a serem indenizados	1.834	3.714	1.402	2.743
Outras receitas financeiras	<u>4.069</u>	<u>4.423</u>	<u>164</u>	<u>265</u>
	<u><u>6.906</u></u>	<u><u>10.273</u></u>	<u><u>2.996</u></u>	<u><u>5.772</u></u>
<b>Variações monetárias líquidas</b>				
Variações monetárias ativas - compra de gás	-	-	(40)	82
Variações monetárias passivas - atualização de dividendos	<u>(416)</u>	<u>(416)</u>	<u>(381)</u>	<u>(381)</u>
	<u><u>(416)</u></u>	<u><u>(416)</u></u>	<u><u>(421)</u></u>	<u><u>(299)</u></u>

## 23 Compromissos

### Compromisso de compra de gás natural

A Companhia tem firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o contrato firme inflexível de compra de gás natural que estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado conforme mencionado na Nota explicativa nº 14.

## 24 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Ramos	Limite Máximo de Indenização
Responsabilidade Civil	5.000
Empresarial multiriscos	6.917

## 25 Lucro por ação

### a. Básico

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
<b>Numerador</b>				
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	30.763	42.191	11.336	21.328
<b>Denominador</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício (lotes de mil)	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>
<b>Resultado básico por ação</b>				
Lucro básico e diluído por ação - em reais	<u><u>0,07</u></u>	<u><u>0,09</u></u>	<u><u>0,02</u></u>	<u><u>0,05</u></u>

### e. Diluído

A Companhia não possui nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação.

## 26 Principais transações que não envolvem caixa

	30/06/2020	30/06/2019
Aquisições do Intangível - Pagos	6.387	9.905
Aquisições do Intangível - Em aberto	<u>509</u>	<u>2.072</u>
	<u><b>6.896</b></u>	<u><b>11.977</b></u>

\* \* \*

## Composição da Diretoria

Alex Sandro Gasparetto  
Paulo Virginio Teixeira de Lucena  
Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa

### Contador

Paulo França dos Santos  
CRC 1SP201480/O-7